MIGRAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL*

Migration at the State of Rio Grande do Sul

Migraciones en el Sur de Brasil: Estado del Rio Grande do Sul

*Maria de Lourdes Jardim***
*Tanya Maria Macedo de Barcellos****

RESUMO

Neste texto é construído um panorama do fenômeno migratório no Estado do Rio Grande do Sul (RS), considerando a sua dinâmica recente, particularmente as duas últimas décadas. Enfoca-se a realidade regional através de dois recortes, as aglomerações urbanas institucionalizadas e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), utilizando como base os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, fundamentalmente as informações que dão conta do crescimento populacional e da distribuição da população por faixas etárias.

Palavras-chave: Deslocamentos populacionais. Regiões. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This text builds a migration scenery of the Rio Grande do Sul state, considering its recent dynamic, particularly the last two decades. It focuses the regional reality through two approaches: the institutionalized urban agglomerations and the regional development councils (Coredes). The 2001 and 2010 demographic census provided the basic information, fundamentally the data regarding population growth and its distribution according to age bands.

Keywords: Migration. Regions. Rio Grande do Sul.

RESUMEN

En este texto se construye un panorama del fenómeno migratorio en el Estado del Rio Grande do Sul, considerando su dinámica reciente, particularmente las dos últimas décadas. Se enfoca la realidad regional a través de dos recortes, las aglomeraciones urbanas institucionalizadas y los Consejos Regionales de Desarrollo (Coredes), utilizando como base los datos de los Censos Demográficos de 2000 y 2010, fundamentalmente las informaciones que dan cuenta del crecimiento poblacional y de la distribución de la población por fajas etarias.

Palabras clave: Migraciones. Regiones. Rio Grande do Sul.

* Artigo apresentado no VII Encontro Nacional sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011 em Curitiba-PR.

** Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul. E-mail: mltjardim@cpovo.net

*** Socióloga, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e técnica da FEE do Rio Grande do Sul. E-mail: tanya@via-rs.net

Artigo recebido em dez./2011 e aceito para publicação em jan./2012.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é traçar um panorama do fenômeno migratório no Estado do Rio Grande do Sul (RS) considerando a sua dinâmica recente, particularmente as duas últimas décadas. São elementos fundamentais para a compreensão dessa problemática os registros de saída e entrada de pessoas nos municípios, e o crescimento e a distribuição etária da população. O trabalho se apoia, sobretudo, nos dados dos Censos Demográficos. É preciso anotar que, para o ano de 2010, não se conta ainda com os resultados do levantamento amostral, segundo os quais as variáveis específicas da migração e dos movimentos pendulares são coletadas.[1] O foco se volta principalmente à realidade regional, priorizando as aglomerações urbanas,[2] que constituem os núcleos fundamentais em que ocorre a concentração econômica e demográfica do Estado, e os Coredes,[3] cuja configuração expressa não somente a diversidade na formação histórica como a organização política da sociedade gaúcha.

Alguns pressupostos embasaram as análises. O primeiro, e mais relevante, é o de que existe uma relação entre migração e trabalho; ou seja, a mobilidade da população acompanha a divisão espacial da produção de mercadorias e serviços.

O segundo é de que a mobilidade é um elemento crucial no debate sobre o desenvolvimento regional. Determinados pelas relações econômicas e sociais que se estabelecem no interior das formações regionais e entre os diferentes espaços no território, os deslocamentos populacionais constituem fenômeno em que se expressam as diferenças regionais em várias dimensões, desde a mundial até a local. Durante os anos 80, profundas mudanças alteraram as características das migrações no Brasil. Houve um decréscimo significativo das migrações interestaduais de longa distância e um redesenho de antigas áreas de expulsão e atração explicitado na mobilidade de retorno, estabelecendo-se o predomínio de migrações de curta distância, principalmente em níveis intrametropolitano e intrarregional, e um crescimento da importância de outras formas de mobilidade, como a pendular.

O texto foi estruturado em duas partes. Na primeira, a abordagem da problemática migratória é feita tendo em vista o conjunto do Estado, na sua relação com as demais unidades da Federação. Na segunda, o foco se dirige às regionalidades foram eleitas: Aglomerações Urbanas e Coredes.

[1] Os resultados disponíveis, da sinopse, ainda devem sofrer ajustes por parte do IBGE.

[2] Estamos considerando a composição das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul conforme definida em <http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm>.

[3] Criados em 1994, os Coredes adquiriram maior relevância recentemente, quando passaram a integrar o processo de consulta popular, instituído em 1998 e reformulado em 2003. Constituindo-se em fórum organizador das demandas regionais, os Conselhos são as bases territoriais para a consulta popular que discute e estabelece a destinação de parte do orçamento do Estado. Crescentemente, eles vêm sendo utilizados como recorte regional em estudos que visam subsidiar a formulação do planejamento estadual. Como regionalização, pode-se dizer que não somente respondem a critérios políticos, mas de algum modo estão referidos a realidades regionais (JARDIM; BARCELLOS, 2005). A divisão considerada foi a publicada no Diário Oficial do Estado de 9 de novembro de 2010, disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>.

1 UMA VISÃO GERAL SOBRE AS MIGRAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, até 1940, apresentava uma taxa de crescimento populacional superior à do conjunto do país, mas sempre em descenso. A partir dos anos 50, o incremento populacional do país vem superando em muito o desse Estado, expressando a queda mais rápida da fecundidade no Rio Grande do Sul. A taxa estadual de crescimento populacional no início do século XX era de 3,26%, chegando em 2010 a apenas 0,49% ao ano. No país, a diferença nesse período é bem menor (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL - 1900 - 2010

FONTE: IBGE

O crescimento urbano do Estado já superava o da população rural em 1940 e teve seu índice mais elevado na década de 50, quando ultrapassou os 5% ao ano. A partir dos anos 70, quando a população urbana se torna majoritária, as taxas relativas ao incremento rural passaram a ser negativas, refletindo em grande parte a modernização agrícola dos anos 60, que expulsou grandes contingentes migratórios, especialmente do norte, em direção às áreas industriais. As taxas de crescimento da população rural, desde a década de 1980, têm-se mantido praticamente constante. Hoje, a população urbana do Rio Grande do Sul representa mais de 85% (tabela 1).

O Estado, apesar de deficitário nas trocas populacionais com outros estados brasileiros, vem diminuindo o ritmo de crescimento das taxas de emigração (gráfico 2). Com relação à imigração, quando se avaliam, nos censos demográficos do início do século, a nacionalidade e a naturalidade dos residentes no Rio Grande do Sul, constata-se que grande parte delas era de origem internacional (JARDIM, 2002).

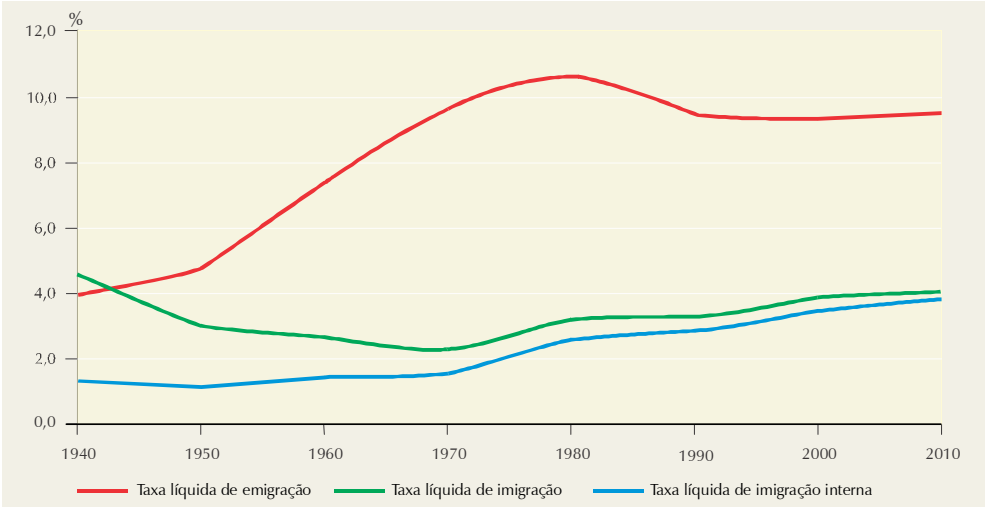
Já os dados das últimas décadas mostram uma reversão dessa tendência, apontando um aumento da imigração com origem em outras unidades da Federação.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO - RIO GRANDE DO SUL - 1940/2010

ANO	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1940	3.320.689	1.034.486	2.286.203	-	-	-	31,2
1950	4.164.821	1.421.980	2.742.841	2,3	3,2	1,8	34,1
1960	5.366.720	2.380.783	2.985.937	2,6	5,3	0,9	44,4
1970	6.664.891	3.553.006	3.111.885	2,2	4,1	0,4	53,3
1980	7.773.837	5.250.940	2.522.897	1,6	4,0	-2,1	67,5
1991	9.138.670	6.996.542	2.142.128	1,5	2,6	-1,5	76,6
2000	10.187.798	8.317.984	1.869.814	1,2	1,9	-1,5	81,6
2010	10.693.929	9.100.291	1.593.638	0,5	0,9	-1,6	85,1

FONTE: IBGE

GRÁFICO 2 - TAXAS LÍQUIDAS DE EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNA NO RIO GRANDE DO SUL - 1940/2010



FONTE: Dados brutos do IBGE

NOTA: Taxa líquida de emigração = (naturais do RS residentes fora do Estado, exceto país estrangeiro) / População total de naturais do Rio Grande do Sul, exceto os que residem em outro país)* 100
Taxa líquida de imigração = (não naturais do Estado residentes no RS, inclusive estrangeiros/População Total do RS)*100.
Taxa líquida de imigração interna = (não naturais do Estado residentes no RS, exclusive estrangeiros/População Total do RS)*100.

Segundo estudo recente do IBGE, realizado com base nos censos e em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNADs), houve, em geral, uma tendência de queda do volume dos fluxos migratórios em todas as unidades da Federação. O Rio Grande do Sul, que se caracterizava como de baixa evasão, tornou-se, nos anos 2000, um espaço de rotatividade migratória; ou seja, apresenta

fluxos de saída e entrada semelhantes, continuando a manter com Santa Catarina as trocas mais significativas (IBGE, 2011).

No início do século, as imigrações para o Rio Grande do Sul eram de longa distância, o que se altera nos últimos anos, quando se estabelece um predomínio de migrações de curta distância. Considerando a imigração internacional, observa-se uma diminuição da participação da população italiana e alemã,[4] antes majoritárias, e um aumento na participação de imigrantes oriundos do Uruguai e da Argentina, países limítrofes.[5] Do mesmo modo, os maiores contingentes de imigrantes interestaduais são, há algumas décadas, dos estados da Região Sul, ou seja, Santa Catarina e Paraná (tabela 2).

TABELA 2 - POPULAÇÃO NÃO NATURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO LUGAR DE NASCIMENTO - 1970/2000

LUGAR DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO			
	1970	1980	1991	2000
Total	153.748	249.825	304.492	382.503
Total Inter-regional	102.669	186.668	259.362	343.228
Região Sul	75.654	138.835	192.426	245.697
Santa Catarina	68.528	116.542	143.116	172.959
Paraná	7.126	22.293	49.310	72.738
Região Sudeste	18.681	31.729	41.518	55.933
São Paulo	8.270	15.376	21.761	27.937
Rio de Janeiro	7.052	10.300	13.099	18.416
Região Centro-Oeste	2.220	3.684	6.840	11.171
Mato Grosso	1.595	1.026	1.457	3.312
Mato Grosso do Sul	-	1.321	2.847	4.020
Goiás	330	827	1.367	2.218
Distrito Federal	295	510	1.169	1.621
Região Norte	936	2.092	3.229	6.137
Região Nordeste	5.178	10.328	15.349	24.290
Estrangeiro	51.079	49.890	40.168	38.998
América	11.338	16.207	16.128	24.332
Uruguai	8.046	11.019	11.188	16.639
Argentina	2.054	2.711	2.678	4.478
Europa	24.280	16.526	10.127	11.174
Outros	-	13.267	4.962	276

FONTE: IBGE

Deve-se ressaltar que são esses mesmos estados que apresentam as maiores proporções de população proveniente do Rio Grande do Sul, mostrando, no nível da mobilidade interna ao país, a prevalência de trocas do Rio Grande do Sul com seus vizinhos. Grande parte desse fato se deve à mobilidade de retorno, já que uma parte das pessoas que emigram, ao retornarem ao Estado de origem, trazem família formada por naturais do Estado para onde migraram[6] (JARDIM, 2002).

[4] Em 1940, a população de estrangeiros era menos concentrada, sendo maiores as proporções de italianos (22%), uruguaios (21%), alemães (15%) e poloneses (10%). A participação de argentinos era pouco significativa (5%) (JARDIM; BARCELLOS, 2005).

[5] Em 2000, mais da metade da população estrangeira no Rio Grande do Sul era de uruguaios e de argentinos (43% e 11%, respectivamente) (JARDIM; BARCELLOS 2005).

[6] Os dados do Censo Demográfico de 1991 mostram que a mobilidade de retorno para o Rio Grande do Sul, no período 1981-91, foi bastante significativa, já que 48,1% da população que declarou, em 1991, ser imigrante de outro Estado há menos de 10 anos, era natural do Rio Grande do Sul (JARDIM, 2000).

Com relação à migração de retorno, o estudo do IBGE antes referido destaca a posição do Rio Grande do Sul que, de todos os estados brasileiros, foi o que apresentou, em 2009, a maior proporção (23,98%) de imigrantes de retorno (IBGE, 2011). Em 2000, essa proporção era ainda maior: mais de 35% dos imigrantes que em 1995 residiam em outra unidade da Federação era natural do Rio Grande do Sul (tabela 3). É relevante notar que as maiores proporções de retorno têm origem em estados das regiões Norte e Centro-Oeste, para as quais se deslocou grande contingente de gaúchos oriundos do campo, principalmente nos anos 70 (tabela 4).

TABELA 3 - POPULAÇÃO NATURAL DO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDO LUGAR DE RESIDÊNCIA - REGIÕES DO BRASIL - 1970/2000

LUGAR DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO			
	1970	1980	1991	2000
Total residente fora do Rio Grande do Sul	696.982	896.779	926.276	1.012.590
Norte	1.402	14.278	33.432	36.331
Rondônia	317	6.152	15.703	14.954
Acre	77	375	957	1.019
Amazonas	322	1.849	2.826	3.834
Roraima	132	700	1.526	2.320
Pará	515	5.056	7.615	9.029
Amapá	39	146	332	315
Tocantins	-	-	4.473	4.860
Nordeste	4.389	10.148	20.367	27.422
Maranhão	303	1.196	1.968	2.327
Piauí	84	173	339	801
Ceará	514	1.158	1.776	4.419
Rio Grande do Norte	263	450	988	1.849
Paraíba	250	516	973	1.444
Pernambuco	1.290	2.179	3.384	3.601
Alagoas	132	430	1.376	1.367
Sergipe	116	460	806	986
Bahia	1.437	3.586	8.757	10.628
Sudeste	79.478	121.238	123.913	141.619
Minas Gerais	3.268	8.699	12.154	14.702
Espírito Santo	476	1.779	2.800	3.438
Rio de Janeiro	38.779	47.845	41.505	43.868
São Paulo	36.955	62.915	67.454	79.611
Sul	598.809	683.192	617.224	658.518
Paraná	340.389	385.212	324.470	317.245
Santa Catarina	258.420	297.980	292.754	341.273
Centro-Oeste	12.904	67.923	131.340	148.700
Mato Grosso do Sul	-	26.476	36.565	37.075
Mato Grosso	8.188	25.388	67.847	78.211
Goiás	1.183	4.738	13.455	17.404
Distrito Federal	3.533	11.321	13.473	16.010

FONTE: IBGE

É interessante observar que, comparando os contingentes de emigração e imigração, quando considerados os estoques populacionais de 2000 e quando examinados os dados do Censo Demográfico de 2000 relativos à mobilidade em data-fixa,[7] a importância da emigração para os estados da Região Sul e até para os da Região Centro-Oeste, em outras décadas, foi muito maior, assim como os saldos

[7] Os estoques populacionais correspondem à população residente que não é natural da unidade da Federação, independentemente da época em que migraram, e a mobilidade de data-fixa corresponde ao cruzamento do local de residência em 2000 e em 1995.

negativos. Isso correspondeu aos períodos de expansão da fronteira agrícola, quando o Rio Grande do Sul liberou grandes volumes de população, com destino, inicialmente, ao oeste catarinense e sudoeste do Paraná e, mais tarde, ao Norte e Centro-Oeste do país (*ver* tabelas 2, 3 e 4). Outro fato a ser destacado é a mudança nas trocas entre o Rio Grande do Sul e os estados da Região Sudeste. Os saldos negativos do Estado eram, em outras décadas, generalizados em termos das unidades que compõem aquela região, o que se depreende dos dados que dão conta dos estoques de emigração e imigração. A situação no final da década de 1990, vista através das informações que computam a mobilidade com base em uma data-fixa (1995), mostra que o saldo, embora negativo no nível da região, foi positivo para o Rio de Janeiro e para o Espírito Santo, apontando alterações nas condições de atratividade das duas regiões (*ver* tabela 4).

TABELA 4 - IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO MIGRATÓRIO E IMIGRANTES DE RETORNO, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA EM 2000 E EM 1995 - RIO GRANDE DO SUL - 2000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO/EXTERIOR	EMIGRANTES	IMIGRANTES	SALDO	IMIGRANTES DE RETORNO	
				Abs.	%
Total	152.891	123.619	-29.272	44.482	36,0
Total intraestadual (exceto Brasil sem especificação)	152.891	113.395	-39.496	40.434	35,7
Norte	6.830	5.008	-1.822	2.438	48,7
Rondônia	1.390	1.153	-237	567	49,2
Acre	223	101	-122	27	26,7
Amazonas	1.277	1.185	-92	626	52,8
Roraima	534	232	-302	154	66,4
Pará	2.172	1.342	-830	533	39,7
Amapá	210	267	57	61	22,8
Tocantins	1.024	728	-296	470	64,6
Nordeste	11.955	8.603	-3.352	2.305	26,8
Maranhão	1.046	766	-280	236	30,8
Piauí	815	510	-305	91	17,8
Ceará	2.665	1.752	-913	301	17,2
Rio Grande do Norte	879	789	-90	254	32,2
Paraíba	674	645	-29	103	16,0
Pernambuco	1.514	1.365	-149	390	28,6
Alagoas	390	381	-9	76	19,9
Sergipe	372	259	-113	41	15,8
Bahia	3.600	2.136	-1.464	813	38,1
Sudeste	30.492	26.804	-3.688	9.781	36,5
Minas Gerais	3.766	3.158	-608	1 039	32,9
Espírito Santo	812	831	19	390	46,9
Rio de Janeiro	7.755	8.269	514	2 719	32,9
São Paulo	18.159	14.546	-3.613	5 633	38,7
Sul	82.255	63.287	-18.968	20.734	32,8
Paraná	23.669	22.132	-1.537	6 764	30,6
Santa Catarina	58.586	41.155	-17.431	13 970	33,9
Centro-Oeste	21.359	9.693	-11.666	5.176	53,4
Mato Grosso do Sul	4.258	3.342	-916	1 822	54,5
Mato Grosso	9.271	2.958	-6.313	1 585	53,6
Goiás	3.780	1.557	-2.223	767	49,3
Distrito Federal	4.050	1.836	-2.214	1 002	54,6
Brasil sem especificação	-	620	-	299	48,2
Exterior	-	9 604	-	3 748	39,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000: resultados da amostra: migração

O balanço demográfico entre imigração e emigração no crescimento da população do Rio Grande do Sul, embora negativo, é pouco expressivo e vem, desde a década de 1970, diminuindo. O Estado perdia, em média, 20 mil pessoas por ano devido às trocas migratórias; já, na década de 1990, as perdas foram inferiores a 3 mil pessoas. Isto significa que a população do Rio Grande do Sul tende a aproximar-se de uma relativa estabilidade, o que pode também ser deduzido do baixo incremento demográfico no Rio Grande do Sul nas últimas décadas (JARDIM; BARCELLOS, 2005).

Dada a pouca influência da mobilidade no crescimento populacional do Rio Grande do Sul, o componente que mais contribui para o aumento da população é a fecundidade. A partir do início da década de 1970, a fecundidade no Rio Grande do Sul começou a declinar a um ritmo acelerado, chegando ao nível de reposição no final da década de 1990 e ficando, atualmente, abaixo dele. Devido às altas taxas de fecundidade do passado, o que se reflete no volume de mulheres tendo filhos atualmente, apesar dos baixos níveis de fecundidade, a população do Rio Grande do Sul ainda deverá continuar crescendo por alguns anos.

Tendo em vista o quadro atual do fenômeno migratório, a mobilidade intraestadual coloca-se como uma questão que adquire interesse cada vez maior. Até porque o retrato apresentado no Censo Demográfico de 2000 da mobilidade internacional e principalmente da interestadual, com a diminuição do ritmo de "saídas" de gaúchos para morar em outro Estado e o aumento de "entradas" de naturais de outras unidades da Federação, pode levar a uma reversão da tendência atual, passando o Rio Grande do Sul de expulsor a receptor de população. A publicação das informações da Amostra do Censo de 2010 vai permitir essa avaliação e, inclusive, pela primeira vez considerando o histórico dos censos brasileiros, possibilitar a quantificação da emigração internacional. Por enquanto, os dados divulgados das PNADs não registraram essa alteração, permitindo apenas que se visualize uma tendência de redução da emigração para outros estados da Federação.

2 AS MIGRAÇÕES INTERNAS AO RIO GRANDE DO SUL: olhando para as realidades regionais

A abordagem regional privilegiou, como mencionado na introdução, as Aglomerações Urbanas e os Coredes. Com foco, inicialmente, nas aglomerações urbanas, é importante salientar algumas constatações. Os dados preliminares do Censo Demográfico 2010 mostram que se reafirma, relativamente aos resultados de 2000, a relevância sobretudo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), cujo peso na constituição da população do Estado, que já era significativo, se ampliou, alcançando 37,2% (tabela 5). Porto Alegre, apesar de apresentar taxa de crescimento inferior à média do Estado, teve o segundo maior aumento populacional bruto do período (48.761 habitantes), perdendo somente para Caxias do Sul. Além de Porto Alegre, mais quatro municípios da RMPA tiveram crescimento expressivo: Gravataí e São

Leopoldo (aumento de mais de 20 mil), Canoas, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha (aumento de mais de 10 mil habitantes). Novo Hamburgo, importante polo coureiro calçadista, teve um crescimento provavelmente abaixo do vegetativo (0,1% a.a.).

TABELA 5 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO AGLOMERADOS URBANOS - RIO GRANDE DO SUL - 2000/2010

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO		PARTICIPAÇÃO (%)		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	2000	2010	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Total do Rio Grande do Sul	10.187.798	10.693.929	100,0	100,0	1,2	0,5
Total dos Aglomerados Urbanos	-	-	-	52,0	1,6	0,8
RMPA	3.736.184	3.978.470	36,7	37,2	1,7	0,6
AUNE	603.872	716.427	5,9	6,7	2,4	1,7
AUSUL	557.216	578.034	5,5	5,4	1,2	0,4
AULINORT	231.753	283.959	2,3	2,7	3,3	2,1

FONTE: IBGE

A Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), que também ampliou sua participação no conjunto, destacou-se pela taxa de crescimento anual no período 2000-2010 (1,7% a.a.), muito superior à da RMPA (0,6% a.a.), embora inferior à do período 1991-2000 (*ver* tabela 5). Ela foi, no entanto, bem inferior ao índice do litoral. Com exceção dos municípios de menor tamanho, ou seja, Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Tereza, que juntos tinham 7.044 habitantes em 2010, o crescimento dos outros sete municípios foi superior à média do Estado. Destes, somente São Marcos (0,6% a.a.) teve crescimento inferior a 1% a.a.; Carlos Barbosa (2,1% a.a.) foi o de maior crescimento relativo, ficando o município de Caxias do Sul (1,9% a.a.) com a segunda maior taxa de crescimento desse aglomerado, o que representou em termos absolutos um acréscimo populacional de 75.145 habitantes entre 2000 e 2010. Bento Gonçalves, segundo maior município, cresceu a uma taxa de 1,6% a.a e também teve um aumento populacional significativo (15.792 habitantes).

O Litoral, com taxa de crescimento anual de 2,1% a.a., vem se expandindo no contexto demográfico recente, principalmente nos municípios balneários (*ver* tabela 5). As quatro maiores taxas de crescimento do Estado foram em municípios do Litoral: Xangri-lá (4,3% a.a.), Arroio do Sal (3,9% a.a.), Balneário Pinhal (3,8% a.a.) e Imbé (3,7% a.a.). Além destes, também tiveram taxas de crescimento expressivas os municípios de Cidreira (3,6% a.a.), Capão da Canoa (3,3% a.a.) e Tramandaí (3,0% a.a.).

A Aglomeração do Sul (AUSUL) teve crescimento anual abaixo da média do Estado (0,4% a.a.), devido principalmente ao baixo crescimento de Pelotas, seu maior município, que na década de 1990 teve um acréscimo de mais de 35 mil pessoas e, na atual, aumentou menos de 8 mil. Rio Grande, o segundo maior município da AUSUL, apesar de ter crescido apenas 0,6% ao ano, teve um aumento populacional de mais de 10 mil pessoas, pouco inferior aos 14 mil acrescidos em 2000.

Cabe ressaltar que a relativamente baixa taxa de incremento da maior aglomeração do Estado (RMPA), quase igual à taxa média de crescimento demográfico do Rio Grande do Sul (de 0,5% ao ano), somada à redução no ritmo de incremento

da AUNE, indica, antes de tudo, uma retração nos índices de crescimento demográfico do Rio Grande do Sul. Já a participação crescente da população dessas aglomerações no cômputo do total do Estado, mostra um avanço na concentração espacial da população (*ver* tabela 5); ou seja, a migração, principal responsável pelos índices regionais de crescimento, continua a se direcionar para o eixo RMPA - Caxias do Sul.

As distribuições etárias de 2010 (tabela 6) mostram igualmente, de modo indireto, essas tendências de direcionamento espacial dos fluxos migratórios.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL SEGUNDO AGLOMERADOS URBANOS E FAIXA ETÁRIA - 2010

FAIXA ETÁRIA	RIO GRANDE DO SUL	TOTAL AGLOMERADOS URBANOS	RMPA	AUNE	AUSUL	AULINORT
0 a 4 anos	6,02	6,18	7,41	5,85	5,94	6,32
5 a 9 anos	6,77	6,82	7,74	6,15	6,61	7,42
10 a 14 anos	8,06	8,07	8,46	7,26	8,10	8,71
15 a 19 anos	8,19	8,07	8,79	7,83	8,15	8,32
20 a 24 anos	8,14	8,46	8,70	9,17	8,34	7,51
25 a 29 anos	8,36	8,94	8,46	9,77	8,43	7,65
30 a 34 anos	7,56	8,01	8,03	8,49	7,27	6,92
35 a 39 anos	6,97	7,07	7,70	7,49	6,68	6,55
40 a 44 anos	7,11	7,00	7,22	7,41	6,69	7,02
45 a 49 anos	7,22	7,12	6,66	7,47	7,03	7,15
50 a 54 anos	6,48	6,42	5,69	6,54	6,57	6,48
55 a 59 anos	5,47	5,30	4,45	5,11	5,66	5,78
60 a 64 anos	4,35	4,13	3,52	3,81	4,62	4,78
65 a 69 anos	3,21	2,94	2,65	2,67	3,29	3,60
70 a 74 anos	2,45	2,19	1,98	2,02	2,54	2,59
75 a 79 anos	1,75	1,57	1,29	1,45	1,96	1,63
80 anos ou mais	1,89	1,70	1,25	1,52	2,12	1,58

FONTE: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2010

O conjunto das aglomerações urbanas exibe maior concentração de população em faixas produtivas frente aos resultados do Estado como um todo. Tal fenômeno é mais visível nas distribuições etárias da RMPA e, sobretudo, na da AUNE, que apresentam elevados percentuais de habitantes na faixa produtiva jovem (25 a 29 anos), apontando a atração propiciada pelo dinamismo econômico.

As distribuições etárias das aglomerações do Sul e do Litoral Norte expõem características um pouco distintas. A primeira tem proporções elevadas nas faixas entre 10 e 29 anos, semelhante à do Rio Grande do Sul, e na segunda há uma relativa concentração em faixa bem jovem, evidenciando a mais alta fecundidade da região nas últimas décadas, juntamente com proporções mais altas nos intervalos entre 55 e 69 anos. O índice de idosos, nesse último caso, reflete talvez um fato que vem se evidenciando nas últimas décadas, que é a expansão da residência de aposentados, principalmente os mais jovens, nos municípios do Litoral Norte do Estado.

Voltando o olhar para a divisão do Estado em Coredes, pode-se utilizar como parâmetro um trabalho publicado em 2005 (JARDIM; BARCELLOS, 2005), que retrata a situação da mobilidade populacional no Rio Grande do Sul seguindo

essa estratificação e considerando o período 1995-2000. Podem-se, então, destacar alguns pontos que servem de base para uma visão atualizada dessa problemática.

O primeiro diz respeito à relevância da Região Metropolitana de Porto Alegre, maior aglomeração do Estado, composta pelos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos, onde foram mais elevados os volumes de emigração e imigração. Não obstante, quando se observa o resultado do balanço entre saídas e entradas, o Corede Serra desponta com o maior saldo positivo, demonstrando ter maior nível de retenção de fluxos migratórios. O dinamismo do parque industrial e o aumento da concentração de comércio e serviços, que tornaram essa área um dos polos econômicos do Estado, provavelmente são os responsáveis por esse resultado.

O segundo registra a situação do Litoral, que sobressaiu com uma elevada diferença positiva nas trocas entre emigração e imigração. Essa região, que apresentou altas taxas de crescimento populacional nas décadas de 1980 e 1990, vem sofrendo profundas alterações por conta de expressivos investimentos imobiliários acompanhados da expansão das atividades de comércio e serviços, e deve continuar atraindo contingentes migratórios.

O terceiro ponto que se quer ressaltar contempla a questão da expulsão de fluxos migratórios. Nesse sentido, os Coredes Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial despontaram, uma vez que apresentaram os maiores saldos negativos no cômputo entre saída e entrada de população, explicitando configurações regionais com dinâmicas econômicas deprimidas, como é o caso do sul, ou áreas esgotadas, de produção agrícola em pequena propriedade, como algumas no norte do Estado.

Um quarto tópico diz respeito às relações entre regiões do Estado sugeridas pelo sentido dos fluxos migratórios. Mantêm-se nexos históricos, como o do Norte com o Vale do Sinos e com a Região Metropolitana, e a relação do sul com a capital.

Chamam atenção, ainda, as trocas entre o Metropolitano Delta do Jacuí e o Vale do Rio dos Sinos, que se dão nas duas direções com volumes significativos, sendo que o saldo é negativo para o Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Elas expressam o peso da Região Metropolitana na realidade do Estado e refletem a multipolaridade que caracteriza a configuração metropolitana no Rio Grande do Sul (JARDIM; BARCELLOS, 2004).

Novos vínculos, por outro lado, desenvolvem-se, respondendo a dinâmicas mais recentes da economia gaúcha, refletidos na atratividade das regiões da Serra e do Litoral.

As taxas de crescimento populacional, calculadas a partir das informações preliminares do Censo de 2010 e ilustradas na tabela 7, não trazem novidades em relação aos espaços de ganhos e perdas populacionais, a não ser a redução generalizada do ritmo de incremento populacional. O Litoral continua com uma taxa elevada. Na década de 1990, somente o Paranhana Encosta da Serra apresentou maior crescimento que o Litoral, seguido pelo Corede Serra, que tinha a terceira maior taxa nos anos 90. Os Coredes que se situam no eixo industrial do Rio Grande

do Sul[8] apresentam índices ainda acima do crescimento médio do Estado, bem como o Centro Sul e os Vales do Rio Pardo e Taquari. Pode-se dizer que essas áreas seguem sendo espaços de atração de fluxos migratórios no Rio Grande do Sul. Quanto à expulsão, as taxas negativas que lhe são características, destacam o norte, o noroeste e o sudoeste do Estado.

TABELA 7 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO - RIO GRANDE DO SUL - 2010

CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDES)	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	TAXA DE CRESC. ANUAL	POPULAÇÃO (%)		
				0 a 14 Anos	15 a 59 Anos	60 Anos e Mais
Total do Rio Grande do Sul	10.693.929	100,0	0,5	20,8	65,5	13,6
Litoral	296.083	2,8	2,0	22,4	63,4	14,2
Serra	862.305	8,1	1,6	19,0	68,9	12,2
Vale do Caí	169.580	1,6	1,2	19,9	66,9	13,1
Paranhana Encosta da Serra	204.908	1,9	1,1	22,4	66,7	10,9
Hortênsias	126.985	1,2	1,0	22,0	65,5	12,6
Vale do Taquari	327.723	3,1	0,9	18,6	66,3	15,2
Produção	338.049	3,2	0,8	20,7	66,4	12,9
Vale do Rio dos Sinos	1.290.491	12,1	0,8	22,2	67,2	10,6
Centro-Sul	253.461	2,4	0,7	22,2	64,3	13,5
Vale do Rio Pardo	418.141	3,9	0,5	20,3	65,3	14,4
Metropolitano Delta do Jacuí	2.420.262	22,6	0,5	20,9	65,9	13,3
Campos de Cima da Serra	98.018	0,9	0,5	23,2	62,7	14,1
Central	391.633	3,7	0,4	19,9	65,4	14,7
Noroeste Colonial	166.599	1,6	0,4	19,8	65,3	14,9
Nordeste	126.872	1,2	0,2	19,7	64,4	15,9
Sul	843.206	7,9	0,2	20,7	64,1	15,2
Campanha	216.269	2,0	0,0	21,8	63,2	15,0
Alto da Serra do Botucaraí	103.979	1,0	-0,1	22,5	63,1	14,3
Norte	221.418	2,1	-0,1	18,8	65,5	15,8
Rio da Várzea	130.548	1,2	-0,2	21,0	64,1	15,0
Alto Jacuí	155.264	1,5	-0,3	20,4	64,8	14,9
Fronteira Noroeste	203.494	1,9	-0,3	18,2	65,5	16,3
Jacuí Centro	143.340	1,3	-0,3	19,8	63,0	17,2
Vale do Jaguarí	117.250	1,1	-0,4	19,8	63,4	16,8
Fronteira Oeste	530.150	5,0	-0,4	23,3	62,8	13,9
Médio Alto Uruguai	148.403	1,4	-0,5	21,5	63,7	14,9
Celeiro	141.482	1,3	-0,6	21,5	62,3	16,2
Missões	248.016	2,3	-0,6	20,4	63,6	16,0

FONTE: IBGE

A análise da distribuição etária da população segundo os Coredes conduz à mesma direção; ou seja, as maiores proporções de população em idade ativa – onde se concentra a população migrante – estão preferencialmente nos Coredes que tiveram maior incremento demográfico, mostrando a influência da migração.

[8] A concentração industrial do Rio Grande do Sul segue mais ou menos uma faixa que se estende da RMPA até Caxias do Sul.

Examinando a distribuição das taxas de crescimento populacional, entre 2000 e 2010, segundo o tamanho do município, pode-se ter uma ideia aproximada do volume de deslocamentos ocorridos no período (tabela 8).

TABELA 8 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E ACRÉSCIMO POPULACIONAL TOTAL, SEGUNDO TAMANHO DO MUNICÍPIO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - RIO GRANDE DO SUL - 2000-2010

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	MUNICÍPIOS	HABITANTES		
		Menos de 10 Mil	Entre 10 Mil e 100 Mil	Mais de 100 Mil
Número de Municípios				
Total	496	331	147	18
Total das taxas positivas	239	124	98	17
Total das taxas negativas	257	207	49	1
Mais de 2% ao ano	25	5	20	-
Entre 2 e 1% ao ano	63	31	29	3
Entre 1 e 0,5% ao ano	58	29	19	10
Entre 0,5 e 0% ao ano	93	59	30	4
Entre 0 e -0,5% ao ano	98	67	30	1
Menos de -0,5% ao ano	159	140	19	-
Acréscimo populacional absoluto entre 2000 e 2010				
Total	506.131	-32.161	228.615	309.677
Total das taxas positivas	648.472	43.114	294.180	311.178
Total das taxas negativas	-142.341	-75.275	-65.565	-1.501
Mais de 2% ao ano	115.218	9.513	105.705	0
Entre 2 e 1% ao ano	249.134	20.551	117.106	111.477
Entre 1 e 0,5% ao ano	196.075	8.247	49.269	138.559
Entre 0,5 e 0% ao ano	88.045	4.803	22.100	61.142
Entre 0 e -0,5% ao ano	-31.035	-7.732	-21.802	-1.501
Menos de -0,5% ao ano	-111.306	-67.543	-43.763	-

FONTE: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2010

O número de municípios com crescimento populacional e o dos que perderam população é próximo. Porém, quando se examina essa proporção em relação ao tamanho do município, constata-se que, entre aqueles com menos de 10 mil habitantes, a incidência de taxas negativas é mais elevada. Em conjunto, esses municípios reduziram sua população entre 2000 e 2010 em 35.824 habitantes. No mesmo período, municípios com mais de 10 mil e menos de 100 mil habitantes tiveram um aumento populacional de 232.283, e os com mais de 100 mil, um acréscimo de 309.677 habitantes.

Quando se avalia a localização geográfica dos municípios com altas taxas de crescimento demográfico no período, observa-se que todos estão localizados no entorno do eixo Porto Alegre-Caxias ou no litoral. A soma do acréscimo populacional desses municípios é de 115.218. Desse total, 68% recaíram nos Coredes Litoral, Vale do Rio dos Sinos ou Serra. A outra parcela desse crescimento incidiu nos Coredes Produção, Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Taquari, Nordeste, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Centro Sul.

Nenhum município com mais de 100 mil habitantes cresceu mais do que 2%. Apesar disso, foram estes que tiveram o maior acréscimo de sua população no período, representando 61% do aumento populacional do Estado. Três municípios com mais de 100 mil habitantes tiveram taxas de crescimento superiores a 1%

ao ano: Caxias do Sul, que teve um aumento populacional de mais de 75 mil habitantes, São Leopoldo, com mais de 20 mil, e Bento Gonçalves, com mais de 15 mil. Pelo lado da evasão populacional, outra constatação, destacada inclusive na análise do Brasil, feita pelo IBGE,[9] foi o decréscimo populacional do município de Uruguaiana, que na década de 1990 tinha a mesma taxa de crescimento da média do Estado, taxa essa que já demonstrava uma reversão da tendência das duas décadas anteriores, quando o crescimento desse município foi de mais de 2% ao ano.

Por fim, cabe salientar o expressivo aumento populacional dos municípios de Santa Maria, Passo Fundo, Lajeado e Santa Cruz do Sul, que não fazem parte de aglomerados urbanos, mas que são polos regionais importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a construção de uma visão que privilegie as principais tendências demográficas, apontadas pelos últimos levantamentos de informações disponíveis, alguns pontos devem ser anotados.

Em relação à condição do Rio Grande do Sul, de deficitário nas trocas populacionais com outros estados brasileiros, é importante considerar que vem diminuindo o ritmo de crescimento das taxas de emigração. E mais, segundo estudo recente do IBGE, o Rio Grande do Sul, que se caracterizava como de baixa evasão, tornou-se, nos anos 2000, um espaço de rotatividade migratória; ou seja, apresenta fluxos de saída e entrada semelhantes.

Embora com importante histórico de imigração estrangeira, os dados das últimas décadas mostram uma reversão dessa tendência no Estado, apontando um aumento da imigração com origem em outras unidades da Federação. Com relação à imigração estrangeira, a tendência geral de crescimento da migração de curta distância – que ressalta, há algumas décadas, Santa Catarina e Paraná com os maiores contingentes de imigrantes no Rio Grande do Sul – expressa-se no aumento da participação de imigrantes oriundos do Uruguai e da Argentina, países limítrofes ao Rio Grande do Sul, em detrimento dos fluxos originados na Alemanha e Itália, historicamente dominantes.

Não obstante, a mobilidade intraestadual, que registra os maiores volumes de deslocamentos populacionais, impõe-se como questão de interesse cada vez maior, o que não reduz o interesse pela tendência de alteração na mobilidade internacional e principalmente interestadual, que mostra a diminuição da saída de gaúchos para fora e o aumento da entrada de pessoas de outros estados, fato que pode indicar uma reversão da tendência do Rio Grande do Sul de expulsor a receptor de população.

[9] Dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, somente quatro tiveram taxas de crescimento negativas entre 2000 e 2010: Foz de Iguaçu/PR, Ilhéus/BA, Lages/SC e Uruguaiana/RS (IBGE, 2011).

De qualquer maneira, ao menos com base nas informações disponíveis, pode-se dizer que, considerando a relação fecundidade-migração, o Rio Grande do Sul tende a aproximar-se de uma situação de relativa estabilidade em termos demográficos.

Quanto à visão regional da questão migratória, observa-se que a participação crescente das aglomerações urbanas na constituição da população total do Estado indica claramente um avanço na concentração espacial da população no Estado; ou seja, vê-se que a migração, principal responsável pelos índices regionais de crescimento, vem-se direcionando fundamentalmente para o eixo RMPA - Caxias do Sul e, mais recentemente, também para a aglomeração do Litoral Norte, principalmente para os municípios balneários.

Com relação à expulsão de fluxos migratórios, vista através da AUSUL e da situação dos Coredes, tem-se um quadro em que se sobressaem os Coredes Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial, que despontaram com os maiores saldos negativos no cômputo entre saída e entrada de população no período 1995-2000, e com índices de crescimento populacional muito baixos ou negativos no período 2000-2010. Tal configuração explicita configurações regionais com dinâmicas econômicas deprimidas, como é o caso do Sul, ou áreas esgotadas, de produção agrícola em pequena propriedade, como algumas no norte do Estado.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: 2011. (Estudos e análises: Informação demográfica e socioeconômica, v.1). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm>. Acesso em: 18 jul. 2011.

JARDIM, Maria de Lourdes. Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p.213-247.

JARDIM, Maria de Lourdes. Evolução da população do Rio Grande do Sul. In: ACCURSO, Jorge da Silva (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002 (Documentos FEE, 51). p.57-87.

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes. **Ensaios FEE**, Porto Alegre: FEE, v.26, n. especial, p.143-170, 2005.

JARDIM, Maria de Lurdes Teixeira, BARCELLOS, Tanya M de. Mobilidade populacional na RMPA nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. 2004, Caxambu. **Anais**... Campinas: ABEP, 2004.